



Projeto da vigilância 24 horas foi aprovado em Sarandi, Bossoroca e Santo Antônio das Missões (RS)



Muitos vigilantes acompanharam a votação e comemoraram o resultado, em Sarandi

Com a presença de mais de 40 vigilantes da cidade, o projeto da vigilância armada 24 horas nas agências bancárias foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Sarandi, segunda-feira à noite (17). Estavam presentes também o presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, e a diretora eleita Elisa Araújo. Eles já tinham ido à cidade dias antes para fazer a defesa do projeto de lei, que foi apresentado pelos vereadores Alex Rodrigues (Rede) e Airton Ortiz (PP).

A aprovação também foi por unanimidade em Bossoroca, na mesma noite, com a presença do apoio do Sindivigilantes na região, José Airton de Souza Trindade. O presidente da Câmara Municipal, vereador Eloi Batista (PT), foi o autor do PL, que na sessão recebeu discursos favoráveis de diversos vereadores.

No início do mês, dia 03 de abril, o PL já havia sido aprovado em outra cidade da região, Santo Antônio das Missões, por sete votos favoráveis e dois contrários. Foram autores os vereadores Valdir Lopes Robalo (PDT) e Aldo Machado

(PP), mas dois vereadores, Antonio Rui Pereira Goularte e Paulo Cezar Araújo Pedroso, um do PT e outro do PDT, fizeram campanha contra a proposta. Porém, o apoio José Airton foi à Câmara e fez uma defesa veemente do PL, lembrando que existe a necessidade de mais segurança das agências bancárias, além da geração de empregos que o projeto vai trazer. Ficou claro que os dois vereadores que foram contrários estão à serviço do Sicredi, que usa o nome de cooperativa de crédito mas tem todas as características de agência bancária. Inclusive, já foi alvo de assaltantes armados de explosivos em outras cidades.

Por isso o Sindivigilantes defende que, assim como os demais bancos, o Sicredi lucra muito, portanto, pode e deve investir na sua própria segurança, como determina o projeto que a maioria dos vereadores aprovou. Nestes três municípios o texto já foi sancionado (assinado) pelo prefeito e já é lei, está em vigor.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Assaltantes levam US\$ 40 milhões de transportadora de valores no Paraguai

Um policial foi morto e quatro pessoas ficaram feridas.



Mega-assalto leva US\$ 40 milhões de transportadora em Ciudad del Este. Foto: reprodução / Whatsapp

Ladrões fortemente armados invadiram a sede da transportadora de valores Prosegur em Ciudad del Este, no Paraguai, durante a madrugada desta segunda-feira (24) e fugiram com cerca de US\$ 40 milhões (cerca de R\$ 120 milhões). As informações foram confirmadas pela Polícia Nacional do Paraguai.

De acordo com o jornal “ABC Color”, este seria possivelmente o maior assalto da história do país. Vídeos divulgados pelo jornal mostram fumaça após explosões e carros incendiados na cidade.

Em entrevista à radio ABC Cardinal, o ministro do Interior Lorenzo Lezcano afirmou que os assaltantes eram brasileiros. Segundo ele, a maioria dos carros usada no assalto tinham placa do Brasil, e uma vítima relatou que ouviu eles falando em português. Lezcano disse ainda que as autoridades paraguaias tinham a informação de que um assalto poderia ocorrer no país, mas não sabiam “a hora, o lugar, nem o objetivo”.

As primeiras informações são de que um

policial foi morto e quatro pessoas ficaram feridas. Após o roubo, os ladrões fugiram para uma cidade vizinha. Ainda de acordo com a polícia, a ação dos criminosos foi por volta da 1h30 do horário local. Os assaltantes estavam armados com fuzis, metralhadoras e granadas.

Eles explodiram a entrada da empresa e trocaram tiros com vigilantes. A sede da empresa fica a 4 quilômetros da Ponte Internacional da Amizade, no oeste do Paraná.

Por causa do assalto, a polícia brasileira reforçou o policiamento no lado da ponte em Foz do Iguaçu caso os ladrões decidissem fugir para o Brasil, mas eles seguiram em direção à cidade de Hernandárias, no lado paraguaio.

Segundo o “ABC Color”, ao menos 15 carros foram incendiados. Uma correspondente do jornal no local diz que há a suspeita de que os assaltantes sejam brasileiros. O jornal também informa que as forças armadas ajudam a Polícia Nacional do Paraguai nas buscas pelos assaltantes.

Fonte: G1

PMs são condenados por participar de roubo a banco e carro-forte

Decisão é do juiz Marcos Faleiros da Silva da 11ª Vara Criminal de Cuiabá



O juiz Marcos Faleiros da Silva, da 11ª Vara Criminal de Cuiabá, condenou dois policiais militares a 10 anos de prisão, em regime fechado, por favorecerem a quadrilha “Novo Cangaço” em três assaltos no Estado.

A decisão é da última segunda-feira (17). O cabo Isídio Tenório de Melo e o soldado Vinício Ferreira Rosa vão poder recorrer da sentença em liberdade.

O “Novo Cangaço” é a modalidade de assalto a banco em que quadrilhas fortemente armadas invadem cidades, rendem as forças policiais, fazem reféns e fogem com dinheiro roubado.

Na ação, o Ministério Público Estadual (MPE) denunciou que os acusados passaram “informações privilegiadas” e forneceram “apoio logístico” para a quadrilha nos assaltos ao Núcleo da Polícia Militar de Santo Antônio do Leverger (NPM), a uma agência do Banco do Brasil em Campinópolis e a um corre-forte em Paranatinga.

Do apurado, restou evidenciada a ligação existente entre os denunciados e esses dois integrantes do bando armado que efetuou assaltos ao NPM e ao Banco do Brasil, além do assalto ao carro-forte ocorrido em Paranatinga

Os crimes ocorreram entre novembro de 2007 a março de 2008. No roubo a NPM, os criminosos levaram todas as armas pesadas do local, entre elas um fuzil 762 de grande potencial de destruição.

Já no assalto à agência, os bandidos levaram todo o dinheiro do caixa e ainda pertences de clientes. Eles só não lograram êxito no roubo ao carro-forte porque os seguranças reagiram ao ataque. Os PMs chegaram a ser presos na época

dos fatos, mas foram soltos 30 dias depois.

Conforme o MPE, testemunhas confirmaram que dois dias antes dos assaltos, dois integrantes da quadrilha, identificados como Adielson Almeida Bonfim e Francisco Viana Moraes, procuraram os policiais na delegacia de Paranatinga.

Os dois assaltantes foram presos durante o roubo ao carro-forte e, segundo o Ministério Público, também confessaram que os PMs participaram das ações criminosas.

“Do apurado, restou evidenciada a ligação existente entre os denunciados e esses dois integrantes do bando armado que efetuou assaltos ao NPM e ao Banco do Brasil, além do assalto ao carro-forte ocorrido em Paranatinga. Tanto que os assaltantes sabiam o que procurar dentro do NPM, e fizeram uso de equipamento da PMMT durante a ação criminosa. Os denunciados beneficiaram o grupo com informações privilegiadas, e se aproveitaram das condições relacionadas ao cargo que exerciam auxiliando o bando com fardamento, além de dar cobertura aos assaltantes após as práticas delitivas”, diz trecho da ação.

De acordo com o MPE, apesar de os policiais negarem qualquer envolvimento com o bando de assaltantes, eles não explicaram as evidências encontradas que demonstram o contrário.

“Resta cristalino que os denunciados, de qualquer modo, durante o exercício da função de policiais militares, auxiliaram os assaltantes fornecendo informações importantes, dando conhecimento de detalhes que fizeram a diferença no resultado das empreitadas criminosas”, diz outro trecho da ação.

Outros policiais militares também foram apontados como auxiliares do bando armado.

Entretanto, não foram localizadas provas que fizessem uma ligação entre eles e o bando que efetuava assaltos a banco na região.

“Favoreceram a quadrilha”

O juiz Marcos Faleiros afirmou que as provas trazidas aos autos comprovam que os policiais militares participaram das ações criminosas.

Ele citou elementos da fase policial, que apontou a apreensão de armas, coletes balísticos, capuz e agendas de anotações nas casas dos PMs.

Relatou também os depoimentos das testemunhas que presenciaram os dois assaltantes procurando pelos policiais na delegacia.

E mencionou ainda as declarações dos criminosos que confessaram a participação dos PMs nos crimes.

“Estou convicto de que há provas suficientes que levam a conclusão de que os acusados favoreceram a quadrilha especializada a roubo a banco, mais conhecida como quadrilha do Novo Cangaço, prestando auxílios nas empreitadas criminosas”, diz trecho da decisão.

“Portanto, observa-se que os acusados, nas condições de policiais militares, prestavam auxílios para a quadrilha que agia na região, que utilizavam materiais típicos da Polícia Militar e informações precisas para obtenção de êxito na empreitada criminosa”.

Para o magistrado, a alegação dos acusados de insuficiência de provas “não merece prosperar”.

“Ficou demonstrado que a quadrilha especializada em assalto a bancos agia na região, com a participação de vários criminosos, fortemente armados, e com auxílio de agentes Estado, Policiais Militares, que forneciam materiais (fardas, coletes, capuz, etc.) além de informações privilegiadas a fim de facilitar a ação da organização criminosa”, pontuou a decisão.

Outro lado

A Corregedoria da Polícia Militar informou que os dois policiais condenados já foram expulsos da corporação.

A reportagem não conseguiu contato com a defesa de nenhum dos acusados.

Fonte: midianews

STF reabre processo de impeachment contra Michel Temer

Ministro Marco Aurélio Melo aceitou ação que pede abertura da Comissão que investigará o presidente golpista



Marco Aurélio Melo pedirá ao Ministério Público Federal que investigue se os líderes partidários cometeram o crime / José Cruz/ Agência Brasil

Um pedido de impeachment contra o presidente golpista, Michel Temer, protocolado há cerca de um ano pelo advogado Mariel Marley Marra foi reaberto pelo ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Marco Aurélio Mello, nesta quinta-feira (20).

A ação pede que partidos que não indicaram parlamentares para a Comissão na Câmara dos Deputados responsável por julgar a deposição de Temer sejam responsabilizados por “flagrante

prática de crime de desobediência”, afirma o advogado na petição. Segundo Marra, 18 das 26 siglas não fizeram indicações.

O ministro Marco Aurélio Melo pedirá ao Ministério Público Federal que investigue se os líderes partidários cometeram o crime. Caso a Procuradoria acate a decisão, um pedido de instauração de inquérito contra os deputados à frente das siglas, será solicitado ao STF.

O pedido de impeachment contra Temer está calcado em quatro decretos de crédito suplementar – a mesma prática que gerou o processo de deposição da ex-presidenta Dilma Rousseff – assinados por ele, no exercício da Presidência. Para iniciar as investigações contra Temer, a Comissão deveria indicar 66 parlamentares, que julgarão se o processo deve ser aberto, ou não.

Para o advogado, a deposição ganha ainda mais fôlego após a entrevista de Temer à TV Bandeirantes, quando afirmou que Eduardo Cunha lhe telefonou em 2015 para informar que arquivaria os pedidos de impedimento contra Dilma se o PT lhe garantisse os votos para absolvê-lo no Conselho de Ética.

Fonte: Brasil de Fato

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF